

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica 2016-2017

Seminário de Análise Económica do Direito

Professor Doutor Fernando Araújo
Professora Doutora Paula Vaz Freire

TEMA: A Responsabilidade Civil na perspectiva da Análise Económica do Direito

I- Temas Gerais:

1. Os pressupostos da responsabilidade civil
2. Custo social, prevenção e internalização (os acidentes unilaterais)
3. A «Regra de Learned Hand»
4. Regimes especiais
5. A culpa da vítima
6. A intencionalidade
7. Cálculo de danos e «danos punitivos»
8. A previsibilidade dos danos
9. A responsabilidade das empresas
10. A responsabilidade do produtor (e as garantias)
11. Acidentes de trabalho
12. Acidentes bilaterais (em especial, acidentes de automóvel)
13. O seguro de responsabilidade civil – os custos administrativos
14. A responsabilidade médica
15. A reforma da responsabilidade civil

II- Temas específicos:

1. Quadro geral da responsabilidade extracontratual: o objectivo económico da internalização eficiente das externalidades negativas (ou, bilateralmente, a conciliação óptima de duas atividades maximizadoras que conflituam).
2. A ponderação das razões que podem tornar óptimo que se deixe entregue a critérios de responsabilidade civil a solução de litígios que podiam ter sido prevenidos pela via contratual; referindo-se a concepção da responsabilidade civil como um modo residual de afectação de recursos (um sucedâneo de regras de propriedade e de contrato que evitariam a adjudicação *ex post*).
3. Propostas de reforma da responsabilidade extracontratual, tendo especialmente em atenção os custos das soluções atuais e a sua vulnerabilidade à utilização oportunista.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4. Os modos de reequilíbrio de interesses afectados por interferências não consentidas na titularidade privada (e ocasionalmente colectiva) dos recursos económicos.
5. Seguro e transferência explícita de riscos; efeitos dinâmicos sobre os níveis de precaução – o problema do risco moral; outras fragilidades e ineficiências do recurso ao seguro em articulação com as condutas individuais.
6. O paradoxo da indemnização e o anti-seguro: a hipótese de incremento de eficiência e de disciplina através do empolamento bilateral dos riscos. A necessidade de separação, em nome da eficiência na redução dos custos sociais, das funções reparadora e sancionadora/preventiva na responsabilidade civil; os custos administrativos de prevenção e reparação; os danos punitivos.
7. Os danos punitivos: o incremento de eficiência preventiva através do estabelecimento de sanções que excedem o escopo meramente reparador.
8. A responsabilidade limitada e a limitação dos montantes indemnizatórios como formas de socialização do risco, de «externalização consentida». A responsabilidade como veículo de promoção de um óptimo social – através da internalização perfeita de externalidades; referindo-se o caso da responsabilidade limitada das empresas.
9. A mera culpa: a sua especial relevância em termos de articulação com os objectivos de prevenção eficiente.
10. As situações de bilateralidade, de colisão de responsabilidades: as soluções possíveis.
11. As regras básicas da responsabilidade simples e unilateral.
12. A responsabilidade objectiva: a comparação com a responsabilidade subjectiva em termos de eficiência. A abordagem económica dos pressupostos da responsabilidade civil – com uma especial atenção dedicada ao tema da previsibilidade dos danos.
13. A responsabilidade do comitente: a distribuição de riscos nas relações de agência e a proteção de terceiros.
14. Responsabilidade subjectiva: as dificuldades ínsitas na dimensão causal.
15. Cálculo dos danos e formas de indemnização. O problema do cálculo dos danos não-pecuniários.
16. O tema dos danos económicos puros.
17. As variáveis da previsibilidade e da informação disponível numa solução eficiente para a responsabilidade. Os equilíbrios entre a regulação da segurança, por um lado, e a adjudicação através da reparação, por outro.
18. A interferência judicial nas atividades lesivas.
19. A «Regra de Learned Hand»: o suporte dos danos por quem pudesse preveni-los a mais baixo custo. O impacto dinâmico das regras e regimes de indemnização sobre a precaução e sobre os níveis de actividade arriscada (mencionando as ineficiências da «retracção defensiva» dessa actividade).
20. As alternativas à responsabilidade: a gestão social do risco através da regulação e de outros dispositivos institucionais. A socialização do risco. A articulação dos regimes de indemnização com as soluções de seguro.

III – Primeiras leituras (que remetem para a bibliografia especializada)

- Araújo, Fernando (2007), *Teoria Económica do Contrato*, Coimbra, Almedina (em especial Caps. 55 a 59)
- Battesini, Eugénio (2011), *Direito e Economia. Novos Horizontes no Estudo da Responsabilidade Civil no Brasil*, São Paulo, LTr
- Battesini, Eugénio (2012), "Direito, Economia e Responsabilidade Objetiva no Brasil" – RIDB, pp. 59ss.
- Battesini, Eugénio (2015), "Comparação de Sistemas de Responsabilidade Civil sob a Perspectiva da Eficiência Económica: Código Civil Brasileiro, Princípios de Direito Europeu e Restatement of the Law" – RJLB, 1, pp. 595 ss.
- Santolim, Cesar (2014), "Nexo de Causalidade e Prevenção na Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro e Português" – RIDB, pp. 8441 ss.
- Teixeira Neto, Felipe (2014), "Responsabilidade Civil e Consentimento do Lesado: Um Contributo da Experiência Portuguesa à Ordem Jurídica Brasileira" – RIDB, pp. 7447 ss.
- Venturi, Thaís Goveia Pascoaloto (2014), *Responsabilidade Civil Preventiva*, São Paulo, Malheiros